FICHAMENTO MARION

JACY ALVES DE SEIXAS, “COMEMORAR ENTRE MEMÓRIA E ESQUECIMENTO”

O artigo de Jacy Alves de Seixas, publicado na revista *História: Questões & Debates* (UFPR, 2000), parte da constatação de que vivemos uma “era das comemorações”, expressão de Pierre Nora, em que a memória tornou-se objeto privilegiado de atenção e valorização. Contudo, essa revalorização veio acompanhada de uma **“hipertrofia da memória”**, isto é, uma ampliação desmedida de suas práticas — memoriais, rituais, arquivos — sem que houvesse uma reflexão teórica proporcional sobre as relações entre **memória, esquecimento e história**. A autora propõe, assim, um retorno à genealogia desses conceitos, recuperando como, desde a Antiguidade, a memória foi pensada e transformada, até se converter no fundamento do saber histórico.

• Mnemosine e a origem grega da memória e da história

Seixas inicia sua análise retornando ao mito grego de **Mnemosine**, a deusa da memória, “mãe das musas”, e ao seu contraponto simbólico, **Letes**, o rio do esquecimento. Na mitologia, memória e esquecimento não são opostos excludentes, mas elementos complementares do conhecimento e da experiência humana. As musas, filhas de Mnemosine e Zeus, “dizem o que é, o que será e o que foi” articulando passado e futuro. A memória mítica, portanto, é simultaneamente **revelação e imortalização**, e cumpre a dupla função de **revelar as experiências passadas** e **consagrar as glórias futuras** — “as duas faces da musa que revela e que glorifica”, como observa Seixas.

A autora, apoiando-se em Michelle Simondon, descreve o que chama de “**categorias arcaicas da memória**”: a **memória-ação**, a **memória-conhecimento** e a **memória-afetiva**. A **memória-ação** está ligada à coletividade e à continuidade entre passado, presente e futuro — é uma memória vinculada ao agir, à coragem, à lembrança dos deveres e das emoções, como nas epopeias homéricas. A **memória-afetiva** é inseparável da emoção: lembrar é reviver, com sentimento, aquilo que foi experimentado. Já a **memória-conhecimento**, que passa a dominar a partir da época clássica, torna-se **uma faculdade cognitiva e intelectual**, capaz de **isolar o passado e transformá-lo em objeto de contemplação**. Nela, o passado se separa do presente e o esquecimento é concebido como falha, como ausência de saber.

Com o desenvolvimento da razão grega, a memória, antes associada à inspiração divina e à oralidade, adquire uma função de **conhecimento verdadeiro**. Assim, a história nasce “entre os gregos com o objetivo de salvar a memória dos acontecimentos memoráveis”, quando o saber humano se emancipa da esfera sagrada. Não é mais pela palavra dos deuses que o passado se conserva, mas pela **escrita** e pelo **testemunho humano**. A história, nesse sentido, tem origem como uma **técnica de memória escrita** — uma forma de salvar o que seria esquecido.

• Heródoto, Tucídides e o nascimento da história como conhecimento

Em **Heródoto**, a história ainda se apoia na tradição oral e no registro das lembranças coletivas. O historiador recolhe o que ouviu — “a tradição recolhida por ouvir-dizer” — e valoriza os “fatos memoráveis”, isto é, os feitos que “merecem ser poupados da ação do esquecimento”. Heródoto não desconfia da memória: para ele, **história e memória se completam**. Com **Tucídides**, porém, ocorre uma ruptura decisiva: ele inaugura a **desconfiança da memória** e da tradição oral, instaurando a busca da **verdade factual** como critério da história. Tucídides afirma: “as testemunhas de um mesmo fato

apresentavam versões discordantes, variando conforme sua simpatia ou sua memória" — ou seja, a lembrança é instável e subjetiva, e por isso insuficiente. Surge então a história como **ciência da verdade**, baseada em **análise, crítica e analogia**, não mais na recordação espontânea. Tucídides opõe memória e história, e funda a distinção metodológica entre o lembrar e o conhecer.

A partir desse momento, a história deixa de ser apenas o registro dos feitos humanos e passa a ser **um exercício racional de investigação**. O **historiador torna-se o selecionador dos meios favoráveis**, o intérprete que organiza o passado de modo inteligível. Assim, a memória torna-se subordinada à razão, e o esquecimento passa a ser o que a história deve "afugentar".

• Platão, Aristóteles e a consolidação da memória cognitiva

Nos filósofos clássicos, especialmente **Platão e Aristóteles**, a memória assume definitivamente a forma de **faculdade intelectual**. Em *O Banquete*, Platão escreve que "recorremos à reflexão apenas porque o conhecimento nos escapa; o esquecimento é uma fuga do conhecimento". A reflexão e a lembrança garantem a permanência do saber. Aristóteles, por sua vez, distingue claramente **memória (passiva, voltada ao passado)** e **reminiscência (ativa, fruto do esforço intelectual de recordar)**. A distinção aristotélica, como lembra Seixas, "fecundará o pensamento historiográfico" por séculos, influenciando a forma como o Ocidente concebeu a memória como base do conhecimento. Nesse quadro, a **memória é associada à verdade, à sabedoria e à sanidade**, enquanto o **esquecimento é visto como falha, ignorância ou loucura**.

A autora sintetiza: a Grécia clássica **privilegiará a memória-conhecimento**, instaurando uma tradição que opõe memória e esquecimento como funções excludentes. Essa tradição será herdada pelo pensamento medieval e cristão.

• Santo Agostinho e o "palácio da memória"

Com a **ruralização da sociedade e a cristianização da Europa**, a herança grega da memória como conhecimento é reinterpretada pela teologia cristã. Nas **Confissões**, **Santo Agostinho** transforma a memória em **exercício de introspecção espiritual**. Para ele, lembrar é voltar-se para dentro, para o "imenso palácio da memória", onde residem o céu, a terra, o mar e todas as sensações do homem. É nesse espaço interior que o ser humano se encontra consigo mesmo e com Deus. A memória torna-se, então, **condição de toda inteligibilidade e de toda vida espiritual**, meio pelo qual o homem pode elevar-se ao divino. Ela conserva as sensações e experiências passadas, mas também serve como **fonte de conhecimento verdadeiro** e de orientação moral e futura.

A tradição monástica agostiniana transforma a memória em **culto da vida interior**, e a busca da *beata vita* (vida feliz) é inseparável do **exercício da lembrança**. No "palácio da memória", Agostinho descreve como o homem evoca o passado sem ser dominado pelas paixões: "evoco minha tristeza sem ficar triste, lembro-me de minha alegria sem me alegrar". A memória, assim, é purificada de afetos — uma **memória cognitiva e espiritualizada**, herdeira direta da tradição racional grega, mas agora posta a serviço da salvação e da contemplação.

"PÓLIS E POLÍTICA: A BUSCA PELA AÇÃO NA GRÉCIA ANTIGA"

• Contexto histórico: a crise micênica e o surgimento da pólis

O autor inicia apontando que o surgimento da pólis está intimamente ligado ao colapso da civilização micênica, interpretado como uma catástrofe histórica provocada pela chegada dos dórios (séculos XII a VIII a.C.). Essa invasão provoca o fim da estrutura palaciana e religiosa dos micênicos, instaurando um período de instabilidade conhecido como "Idade das

Trevas Grega", marcado pela perda da escrita Linear B, pela ruralização e pela retração da vida coletiva. Essa destruição abala a antiga ordem sacral e hierárquica: os mitos e rituais palacianos perdem função pública e se retraem ao espaço doméstico, preparando o terreno para uma nova mentalidade profana e humana. A dúvida e a finitude passam a compor a experiência grega do mundo — "os homens, únicos seres mortais do cosmo", vivem a consciência angustiante de sua impermanência, o que leva à busca de perenidade através dos feitos e da palavra. Nas palavras de Vernant, a pólis nasce quando "o poder se torna despersonalizado" e "a palavra se torna pública".

- **Da destruição à criação: o mundo urbano e a des-sacralização**

A fundação das primeiras pólis representa um processo de des-sacralização da vida coletiva. O mundo urbano não nasce de um princípio religioso, mas da necessidade prática de convivência e deliberação entre os homens.
A pólis é, portanto, uma criação humana, não um dom divino: uma forma de organização social e política construída sem a mediação dos deuses, onde as leis são debatidas, escritas e revistas pelos próprios cidadãos. O lógos — a palavra racional e pública — substitui o mito como mediador das relações humanas. O espaço da ekklēsía (assembleia) simboliza essa nova configuração: um lugar de reunião e deliberação profana, onde a palavra, o argumento e a persuasão assumem centralidade. Segundo Vernant (2013, p. 54), "a arte política é essencialmente exercício de linguagem, e o lógos toma consciência de si mesmo em sua função política".

- **A pólis como espaço humano e igualitário**

Para Matheus Barros, a pólis não é apenas uma cidade física, mas uma forma mental e simbólica de vida, um "universo intelectual" (p. 436). Nela, o homem encontra sentido para a existência, e o agir político se torna o ápice da vida civilizada.Três princípios definem a pólis:

1. A palavra como instrumento de poder — o discurso (lógos) é o meio pelo qual os cidadãos deliberam e decidem.
2. A publicidade da vida social — as leis são escritas e expostas a todos, substituindo o poder aristocrático secreto dos micênicos; a escrita alfabética, comum e pública, reforça o caráter coletivo da decisão.
3. O sentimento de pertença e igualdade (isonomia e homoiotes) — todos os cidadãos livres são iguais no espaço público, ainda que as desigualdades econômicas persistam.

Como afirma Vernant: "o vínculo do homem com o homem toma a forma de uma relação recíproca, reversível, substituindo a submissão e o domínio" (2013, p. 65). Esse novo modelo de organização social se baseia na amizade cívica (philia politiké) — o reconhecimento de todos como companheiros (hetairoi) unidos por um bem comum.

- **Política como invenção helênica e neutralização do poder**

A política é entendida como uma invenção especificamente helênica, nascida quando o poder (krátos) é neutralizado e despersonalizado, isto é, colocado "no centro" da comunidade para que ninguém o possua individualmente (Vernant, 2009, p. 161). O poder deixa de ser sacral e passa a ser objeto de deliberação racional — uma das formas mais claras de laicização do pensamento ocidental. O surgimento do arcontado e o declínio da realeza em Atenas são exemplos dessa transformação. Os cargos passam a ser rotativos e temporários, expressão de que "a arché é delegada por uma decisão humana" (Vernant, 2013, p. 45).

- **A mentalidade aristocrática e a valorização dos feitos**

Apesar do novo espaço de igualdade política, a origem da pólis conserva traços da mentalidade aristocrática herdada dos antigos guerreiros micênicos. A excelência (areté) e a busca pela glória continuam a nortear o comportamento social. Nem todos os atos são dignos de registro: apenas os feitos extraordinários dos melhores — aqueles que traduzem a virtude e a coragem — merecem memória. Dessa herança nasce a ideia de que a imortalidade humana é alcançada pela ação e pela palavra, não pela contemplação. A vida ativa (bios politikos) é o meio de deixar marcas na comunidade — "o que é dito e feito é o que permanece".

- **O surgimento da vida política e a distinção entre o próprio e o comum**

Na pólis, o homem político diferencia-se do homem do lar (oikos). A vida doméstica está voltada à necessidade e à reprodução da vida (labor), enquanto a vida política se realiza na esfera pública, dedicada ao comum (ta koina). É nesse espaço comum que todos são iguais — a ekklēsía suspende hierarquias e impõe o debate como método de decisão. A persuasão (peithó) substitui a violência: o discurso serve para convencer, não para impor. Como diz Castoriadis (1987, p. 311), "as decisões relativas aos assuntos comuns devem ser tomadas pela comunidade". Essa passagem da casa ao espaço público configura a segunda vida do homem — uma existência política compartilhada, fundada na palavra e na amizade. O cidadão não vive apenas para si, mas com e para os outros, constituindo-se no debate e na deliberação.

- **A vida ativa e a busca da imortalidade**

A ação política expressa o desejo humano de interferir no mundo e deixá-lo diferente. Seguindo a distinção que a autora associa ao pensamento clássico (e que se aproxima de Hannah Arendt), a vida ativa divide-se em:

- Labor – manutenção e reprodução da vida (dimensão natural e cíclica);
- Trabalho (poiesis) – transformação da natureza por meio de artefatos e produtos duráveis;
- Ação (praxis) – interferência no mundo comum pela palavra e pelo gesto, única forma de atingir imortalidade simbólica.

A pólis é, portanto, o espaço da ação e da fala, onde os homens "constroem sua segunda vida" e salvam-se do esquecimento, não pelos deuses, mas por seus feitos públicos.

Mircea Eliade, O Sagrado e o Profano

- **O sagrado e o profano**

• O sagrado é tudo o que se opõe ao profano; ele é o "real por excelência", o fundamento da existência e da ordem.
• Nas sociedades arcaicas, o sagrado era o princípio da realidade — "o que é sagrado é real". O profano, por outro lado, é o domínio do transitório e do caos.
• A religião, portanto, é o conjunto de doutrinas, ritos e experiências que permitem ao homem relacionar-se com o sagrado, restabelecendo a ordem cósmica.
• O ritual é a reatualização de um tempo primordial, em que os deuses criaram o mundo.
• O mito não é uma invenção, mas uma verdade exemplar, que narra uma hierofania (manifestação do sagrado) e dá sentido às ações humanas.

- **Rudolf Otto e o numinoso**

Eliade parte de Rudolf Otto (*Das Heilige*, 1917) para definir o sagrado como experiência do numinoso — o "mysterium tremendum et fascinans": algo ao mesmo tempo aterrador e fascinante.
• O sagrado é uma categoria de valor e de explicação que nasce na esfera religiosa e é inefável (arrhetón), ou seja, não pode ser plenamente compreendido pela razão.
• Ele é o Ganz Andere (totalmente outro): o homem sente-se criatura diante de uma potência divina.
• A teofania é a revelação dessa presença divina no mundo: o lugar ou o objeto se torna sagrado porque manifesta o divino.

• Cosmos, caos e sacralização do mundo

• A manifestação do sagrado organiza o espaço e dá origem ao mundo: "a manifestação do sagrado funda ontologicamente o mundo".
• Todo espaço sagrado é um centro do mundo (axis mundi) — o ponto fixo em torno do qual se organiza o cosmos.
• O espaço profano, por sua vez, é amorfo e sem sentido.
• As sociedades antigas criavam templos e cidades como reproduções da cosmogonia: construir era recriar o mundo, transformar o caos em cosmos.
• O templo é a morada de Deus e garante a comunicação entre o céu e a terra.

• A religião como experiência humana

• A religião é a experiência humana do encontro com o sagrado.
• Todo ritual repete o gesto dos deuses e restabelece a ordem primordial.
• Assim, o tempo religioso é cíclico e regenerador, diferente do tempo profano, linear e histórico.
• O homem busca constantemente reencontrar o tempo original: nas festas, nas colheitas, nas iniciações, reatualiza o momento da criação.

• Sagrado, natureza e vida

• A Terra Mater, os astros, as árvores e a água são símbolos da perenidade do sagrado.
• A colheita representa o excesso de energia sagrada; o sacrifício (imolação) restabelece o equilíbrio entre vida e morte.
• O mito dos paleocultivadores (do enterro que faz brotar frutos) expressa essa lógica: da morte vem a vida, do caos vem o cosmos.
• A alma é entendida como algo que "desce" e funda o mundo dos mortos.

• A história e o profano

• Para Eliade, a história é o domínio da ruptura da ordem sagrada — ela começa quando o homem perde o contato com o sagrado e vive no tempo linear.
• A hagiografia (vida dos santos) é uma forma de história sagrada, porque narra a presença do divino na vida humana.
• A religião do livro (judaísmo, cristianismo, islamismo) transforma a narrativa mítica em revelação, e os profetas passam a valorizar o tempo histórico como espaço da salvação.
• Surge o tempo messiânico, que une passado e futuro, gerando tensão entre destino e liberdade, medo e esperança no fim do mundo.

HISTORIA E HAGIOGRAFIAS

- **Santo Agostinho e a interiorização da ação**

Com Santo Agostinho (século IV–V) ocorre uma mudança decisiva: a vida pública e a ação política, antes consideradas caminhos para a imortalidade entre os gregos, são substituídas pela vida interior e pela busca da felicidade em Deus.

- O objetivo do homem não é mais arriscar-se na vida pública, onde a coragem era a virtude essencial, mas buscar a perfeição da alma e a salvação eterna.
- A felicidade (beata vita) substitui a liberdade como finalidade humana.
- Essa felicidade só é possível pela fé e pela razão, unidas na contemplação interior.
- O mundo exterior, sujeito à corrupção e à morte, é substituído pelo mundo interior da alma, onde o homem encontra a verdade e o divino.

- ## Memória e pensamento: o encontro com Deus

Nas *Confissões*, Agostinho descreve o "palácio da memória", um vasto espaço interior onde o homem encontra imagens, lembranças e pensamentos. A memória é, ao mesmo tempo, retenção (guardar), arquivo (ordenar) e ato de pensar (refletir). É por meio dela que o homem ascende a Deus — a lembrança torna-se um ato espiritual. A memória-ação (ativa, pública) dos gregos é substituída por uma memória contemplativa, voltada à verdade interior. A história, que antes se fazia por feitos e palavras, passa a ser construída pela recordação e confissão, e o esquecimento é associado ao pecado e à perda da graça divina.

- ## A nova divisão social: letrados e iletrados

A difusão do cristianismo cria uma nova hierarquia cultural entre:

- Letrados – membros do clero, guardiões da memória escrita e da tradição teológica;
- Iletrados – o povo fiel, que conhece o sagrado por meio da transmissão oral das histórias e das leituras públicas feitas pelos religiosos.

As hagiografias cumprem papel de ponte entre esses dois mundos: escritas em mosteiros e ambientes letrados, mas lidas e narradas em praças e igrejas pelo baixo clero e, a partir do século XIII, pelos monges mendicantes (franciscanos e dominicanos). Assim, o texto hagiográfico se torna um instrumento de comunicação entre o saber clerical e a devoção popular.

- ## Hagiografia: entre o sagrado e o histórico

A hagiografia é a narrativa da vida dos santos e mártires, seres humanos que agem em nome de Deus e se tornam modelos de virtude.
Ela ocupa o lugar das antigas epopeias heroicas, mas substitui o ideal de glória e imortalidade pela santidade e redenção.

- As ações humanas são apresentadas como mediações entre o sagrado e o profano, e os santos aparecem como aqueles que transformam o mundo pela fé.
- As hagiografias ensinam virtudes e modos de viver, sendo, portanto, pedagógicas e normativas.
- Seus momentos narrativos são solenes, e seus eventos extraordinários (milagres, martírios, visões) reforçam o caráter sobrenatural da vida santa.
- Com o tempo, a hagiografia passa de simples "fonte" para ser reconhecida como uma forma de escrita histórica, dotada de intencionalidade e de função social.

- ## As hagiografias como forma de história

As hagiografias registram o modo como a Igreja entendia o mundo e a história:

- Narram eventos exemplares, e não cronologias exatas;
- Apresentam a ação divina na história, expressa através dos santos;
- Produzem modelos de longa duração, servindo de base para a formação moral da cristandade.

A autora ressalta que, embora construídas no plano da fé, as hagiografias revelam as práticas, os medos e as esperanças de cada época — guerras, pestes, invasões e catástrofes são interpretadas como sinais de um tempo de provação.

- **Santos, milagres e reliquias**

Os santos são agentes do sobrenatural e intercessores entre o homem e Deus. Suas reliquias — corpos, fragmentos ou objetos — são dotadas de poder de realizar maravilhas e curas, e sua veneração legitima a santidade. A presença de uma relíquia sagrada confere autoridade espiritual ao local e à comunidade, justificando a construção de hagiografias que eternizam esses milagres. Essas narrativas consolidam o culto dos santos e expressam o desejo cristão de tornar o invisível visível, o divino humano.

- **Da história dos heróis à história dos santos**

Na tradição clássica, os heróis alcançavam imortalidade por meio da ação pública e política; já na cristã, os santos a alcançam pela virtude, fé e sacrifício. Enquanto a história grega narrava feitos humanos notáveis, a história cristã narra ações humanas que manifestam a vontade divina. A hagiografia substitui o campo da ação política pelo da ação espiritual. O santo não busca a glória pessoal, mas o cumprimento do plano da salvação, o fim último da história humana.

SURGIMENTO DO ROMANCE MODERNO

- **Romance e historiografia: continuidade e ruptura**

- A tradição narrativa do romance tem raízes na Antiguidade e na Idade Média, herdeira de gêneros como a tragédia, a epopeia e as hagiografias.
- Contudo, o romance moderno se distingue dessas formas por buscar verossimilhança com o real: não pretende relatar o sagrado ou o mítico, mas o mundo possível da experiência humana.
- Ao contrário das mitologias, lendas e vidas de santos, o romance apresenta personagens e eventos coerentes com a realidade social, obedecendo à lógica do tempo linear e à construção da individualidade.
- Essa aproximação com o “real” o torna também próximo da historiografia, que, no mesmo período, começa a se pautar pela observação dos fatos e pela cronologia, em vez de pela exemplificação moral ou teológica.

- **A imprensa e o novo público leitor**

- A descoberta da imprensa (século XV) e sua expansão nos séculos seguintes transformaram radicalmente o consumo de textos.
- A Reforma Protestante intensificou esse processo ao permitir o acesso à leitura de partes da Bíblia e ao incentivar a alfabetização para o estudo pessoal das Escrituras.
- O público leitor ampliou-se: além do clero e da nobreza, pequenos proprietários, comerciantes, artesãos e agricultores passaram a ler.
- O romance se tornou um passatempo popular, dividido em capítulos e vendido em folhetins e gazetilhas.
- Essa expansão do público secular modificou o papel da leitura: ela deixou de ser apenas religiosa e devocional, tornando-se também recreativa e educativa.
- O comércio de impressos — jornais, romances, manuais de conduta, livros de receitas e poesias — transformou-se em atividade lucrativa, consolidando um mercado literário capitalista.

- ## O novo herói: o indivíduo moderno

O romance inaugura um novo tipo de herói, distinto do guerreiro antigo ou do santo medieval.

- O herói antigo definia-se pela coragem e pela glória pública;
- O herói medieval, pela bondade e virtude cristã;
- O herói moderno, pelo trabalho, disciplina e racionalidade econômica.

A figura de Robinson Crusoé, de Daniel Defoe (1719), é paradigmática: um homem comum que, isolado, recria o mundo por meio do trabalho e da poupança — o homo economicus, símbolo da ética protestante e da racionalidade capitalista.
Inspirado em Adam Smith, esse novo herói expressa a virtude moderna da disciplina e do esforço individual: "A ambição, canalizada pelo trabalho, torna-se virtude moral e motor da prosperidade."

- ## O romance e o capitalismo

- O romance moderno reflete e reforça os valores do capitalismo nascente: o individualismo, a autonomia, a responsabilidade pessoal e a busca do lucro.
- O herói é self-made, constrói-se por suas ações e escolhas.
- A narrativa enfatiza o cotidiano, o trabalho produtivo e o autoexame moral, substituindo o ideal heroico pela introspecção.
- "Sexta-feira", companheiro de Robinson, simboliza a organização racional do trabalho — o outro convertido em força produtiva.
- As atividades banais — cultivo, economia doméstica, cálculo e planejamento — tornam-se centro da narrativa, refletindo a vida comum da burguesia.

- ## Romantismo e o cultivo da imaginação

Nos séculos XVIII e XIX, com o Romantismo, o romance se transforma em um veículo de imaginação e sensibilidade, mas sem perder a relação com a realidade.

- O gênero seduz o público e se torna forma literária dominante, vendido em folhetins e jornais.
- A mulher surge como nova leitora e personagem central, associada à vida doméstica, à emoção e à moralidade.
- O romance romântico é tanto instrumento de evasão quanto de autoconhecimento, e frequentemente expressa a tensão entre o puritanismo religioso e a secularização burguesa.

O herói romântico busca o equilíbrio entre o dever moral e o desejo — um reflexo da luta entre fé e razão, ou entre vida interior e mundo público, herança direta do pensamento agostiniano.

- ## Forma e conteúdo do romance moderno

- Escrito em prosa, o romance rompe com o verso das epopeias e das tragédias.
- Segue uma estrutura linear e cronológica, acompanhando a formação do indivíduo ao longo do tempo.
- Representa costumes e experiências coevas, articulando a história pessoal com o contexto social.
- O protagonista é o espelho do leitor: sua trajetória oferece identificação moral e emocional.
- A ênfase recai na responsabilidade individual — o sujeito moderno é autor de si mesmo.

- **8. O romance como espelho da modernidade**

O romance é, portanto, a forma literária da modernidade. Ele traduz, em linguagem narrativa, os valores centrais do mundo burguês:

- a autonomia individual;
- o valor do trabalho e da disciplina;
- o tempo linear do progresso;
- a introspecção e o autoexame;
- a busca de felicidade e estabilidade moral no mundo secular.

A literatura deixa de ser apenas imitação do divino e passa a ser criação humana do real — o espaço simbólico onde o homem moderno aprende a se ver, a se narrar e a se justificar.

“NOTA SOBRE AS ORIGENS DA FILOSOFIA DA HISTÓRIA”

- **A ascensão de uma linguagem erudita**

- A partir do século XVII, surge uma linguagem erudita e racionalizada, difundida nas áreas da literatura, do direito e da filosofia, como forma de comunicação entre os “homens de letras”.
- Essa linguagem nasce da combinação entre a escrita sistemática e a institucionalização do saber (universidades, academias, periódicos).
- Segundo Pimenta, Hume, Kant e Herder partilham dessa cultura letrada que procura traduzir a experiência humana em conceitos universais — uma racionalização do discurso histórico.
- Essa “língua da razão” se impõe sobre a tradição oral e religiosa, criando uma nova autoridade: a da palavra impressa e argumentativa, que substitui o dogma pela discussão pública.

- **Urbanização e sociabilidade moderna**

- O texto se insere no contexto do século XVIII europeu, marcado pela urbanização crescente: as cidades passam a concentrar a maior parte da população e tornam-se o centro das atividades políticas e intelectuais.
- A vida urbana estimula o debate, a crítica e a circulação de ideias, permitindo o surgimento de uma esfera pública independente da religião — a esfera da opinião pública (termo que também se consolida nesse período).
- Como lembra Pimenta ao evocar Hume e Kant, a história e a filosofia passam a ser escritas para um público leitor esclarecido, que discute, publica e julga.
- A cidade moderna abriga a sociabilidade burguesa, onde o conhecimento e o gosto se tornam signos de distinção e instrumentos de progresso racional.

- **Racionalização e padronização da vida social**

- A modernidade introduz uma racionalização dos costumes e do trabalho, baseada em critérios de utilidade e eficiência.
- Essa padronização aparece tanto na economia quanto na cultura: a vida cotidiana passa a ser regulada por regras, horários e métodos, e o tempo é tratado como recurso a ser poupado.
- A sociedade moderna busca constantemente poupar tempo segundo critérios racionais, refletindo o ideal iluminista de progresso e aperfeiçoamento contínuo.
- A razão torna-se o novo princípio ordenador do mundo, deslocando a moralidade religiosa e o destino divino.
  Kant, nesse sentido, afirma que a natureza parece agir com um “propósito racional”, e que cabe à razão humana decifrar esse plano — o nascimento da filosofia da história como teleologia da razão.

- ### Secularização e distanciamento do teocentrismo

- O Iluminismo promove um distanciamento do teocentrismo, substituindo o juízo divino pela razão como novo Deus julgador.
- A história deixa de ser interpretada como plano da Providência e passa a ser vista como processo humano orientado pela razão.
- Essa secularização é o fundamento da filosofia da história kantiana, que busca na experiência racional o sentido do progresso moral e político da humanidade.
- A esfera pública letrada se desenvolve justamente fora da tutela religiosa, no espaço da imprensa, das academias e dos cafés — um campo onde a autoridade não é revelada, mas argumentada.

- ### Autonomização da arte e do saber

- Com o avanço da secularização e da urbanização, a arte e o conhecimento se autonomizam.
- A arte deixa de servir ao culto ou à monarquia e passa a ser produzida para o público, integrando-se à vida civil.
- Essa autonomia reflete a mesma lógica racional da ciência e da filosofia: o valor da obra está na sua forma, não na sua função religiosa.
- Essa autonomização estética acompanha a emancipação do pensamento: o artista e o filósofo se tornam figuras públicas, e o saber deixa de ser monopólio da Igreja.

- ### A razão histórica e o nascimento da opinião pública

- Kant, Herder e Hume compartilham a crença na razão histórica: a ideia de que a humanidade possui uma direção racional, perceptível através da análise filosófica da experiência.
- Essa crença nasce junto à opinião pública, conceito moderno que substitui a autoridade divina pela autoridade do julgamento coletivo.
- O público leitor torna-se o novo “tribunal” da razão — a sociedade julga a si mesma por meio da crítica, da imprensa e do debate.
- A “razão como Deus julgador” traduz a nova mentalidade moderna: a fé é substituída pela confiança na racionalidade humana e no progresso.

- ### O vício no progresso e a mentalidade moderna

- O texto também permite perceber, em perspectiva crítica, o “vício moderno no progresso” — a crença de que todo avanço técnico ou racional equivale a avanço moral.
- Kant e Herder já discutem esse ponto: o homem pode ser civilizado e instruído, mas não necessariamente moralizado.
- Essa ambivalência marca a filosofia da história moderna: o progresso é visto como inevitável, mas também perigoso — um produto do otimismo racional.
- A confiança no progresso, na racionalização e na autonomia humana cria um novo tipo de religiosidade secular, onde a razão substitui Deus, e a história substitui a salvação.

VICO E A HISTÓRIA COMO CIÊNCIA

- ### Iluminismo e o nascimento da Ciência Nova

O artigo situa Vico em oposição ao racionalismo cartesiano e ao ideário iluminista. Enquanto o Iluminismo valorizava a razão abstrata, a objetividade matemática e a ciência

natural, Vico via nisso uma hostilidade à história e às dimensões humanas da experiência. Para o Iluminismo, a história era a narrativa dos erros e das superstições, enquanto a ciência representava a verdade e o progresso. Vico, ao contrário, afirma que o homem das ideias puras é uma abstração — o que realmente existe é o *homem histórico*, dotado de razão, paixões e sentidos. Negar as paixões seria, segundo ele, uma forma de ignorância, pois é nelas que se manifesta a força criadora da humanidade. Assim, Vico propõe uma nova forma de ciência — *A Ciência Nova* — que não rejeita a paixão nem o mito, mas os integra à razão, reconhecendo a complexidade do humano e sua história. Sua crítica ao cogito cartesiano ("penso, logo existo") revela a limitação de uma certeza puramente subjetiva. Para Vico, só há verdade onde há criação: "só se pode conhecer o que se fez".

- **As formas de cognição: verum, certum e a terceira via**

Lenzi e Vicentini explicam que Vico identifica duas formas tradicionais de conhecimento:

1. A esfera da verdade (verum) — a ciência e a compreensão racional, como na matemática, fruto da abstração humana.
2. A esfera do certo (certum) — o domínio da consciência, aplicado à natureza, aos fatos dados e exteriores ao fazer humano.

A estas, Vico acrescenta uma terceira forma de cognição, própria da *Ciência Nova*, que estuda os fatos feitos pelos homens — isto é, a história, a política, a poesia e o direito. Dessa forma, surge uma nova epistemologia que une filosofia (razão) e filologia (erudição). O historiador, portanto, deve interpretar racionalmente os testemunhos humanos — mitos, poemas, linguagens — para compreender o sentido dos feitos humanos "por dentro". Os fatos históricos são inteligíveis, porque são produto da mente humana.

- **História como ciência humana**

A *Ciência Nova* é, para Vico, a verdadeira ciência dos homens, pois se ocupa do que eles mesmos criaram: suas instituições, crenças e culturas. Deus é o único conhecedor da natureza, por tê-la feito; os homens só podem conhecer com profundidade o mundo civil, também criado por eles. O autor rejeita, portanto, a ideia de aplicar métodos matemáticos às ciências humanas. A história é o campo onde o sujeito e o objeto do conhecimento coincidem: o homem conhece a si mesmo em seu próprio fazer histórico. Esse conhecimento se realiza por meio da interpretação das linguagens e mitos, os quais expressam simbolicamente a mentalidade de cada época. Os "falares vulgares" e as tradições populares são, para Vico, testemunhos preciosos dos costumes e valores antigos.

- **A história como processo — curso e recurso das nações**

A história, para Vico, não é linear nem acumulativa, como propunha o Iluminismo, mas helicoidal (em espiral): pode retroceder, mas nunca se repete. Cada nação percorre três fases que se repetem em todos os tempos e lugares, pois derivam da experiência humana universal.

1. Idade dos Deuses (sentido e imaginação): A mente humana interpreta os fenômenos naturais projetando sobre eles o medo e o divino. A religião domina, e o mito é a forma primordial de conhecimento. Deus aparece como resposta simbólica ao medo e à ignorância.
2. Idade dos Heróis (fantasia e força): As famílias e as aristocracias surgem como estruturas básicas. A linguagem é poética e simbólica; o poder é aristocrático e de origem divina.
3. Idade dos Homens (razão e igualdade): Predomina a razão e a consciência moral. Todos são iguais perante a lei, a linguagem é acessível e racional, e o governo se baseia na experiência e na prudência dos homens esclarecidos.

Essas idades não representam progresso linear, mas uma espiral de experiências morais e sociais. Deus está presente nas três fases, guiando-as por leis universais. A ordem divina atua como freio às paixões e como direção moral da história. O aperfeiçoamento histórico é prova da existência de Deus.

- **História humana e história ideal divina**

Vico não nega a Providência, mas também não a descreve de modo teológico: ela é a razão divina imanente que orienta o curso das ações humanas. Os homens agem movidos por paixões e interesses egoístas, mas, sem o saber, colaboram para fins superiores — o que antecipa a ideia moderna da "mão invisível". A *história ideal divina* é o plano de Deus que dá sentido à *história humana*. O mundo civil é feito pelos homens, mas dentro de uma ordem providencial. Assim, a *Ciência Nova* é também uma "teologia civil", pois demonstra a presença de Deus na racionalidade da história e na busca humana pelo justo.

- **O tempo e a noção de progresso**

Para Vico, o tempo histórico é espiralado, marcado por avanços e regressos (corsi e ricorsi). Ele recusa a noção iluminista de progresso linear: o tempo não conduz ao aperfeiçoamento contínuo, mas à redenção moral da humanidade.
A história é o relato das ações humanas — da luta entre razão e paixões — e o testemunho do esforço divino para manter a ordem e a sociabilidade.

KANT COSMOPOLITA

- **Esferas da vida e esclarecimento**

- Esfera privada: ligada à intimidade e à vida pessoal, onde o indivíduo age de modo limitado, obedecendo regras e funções.
- Esfera pública: condição de "aparecer no mundo", onde o homem pode *querer* e *poder* expressar-se — é o espaço do uso público da razão.
- Esclarecimento (Aufklärung): processo pelo qual a humanidade sai da minoridade e alcança a autonomia do pensamento.
    - O homem imaturo é aquele que não pensa por si mesmo.
    - Pensar por si é o exercício crítico da razão — não falta inteligência, mas coragem.
    - A liberdade de pensar e discutir publicamente é essencial para o esclarecimento e o progresso moral.

- **O homem racional e a história**

- O homem é o único ser racional da Terra.
- Suas disposições naturais (razão, liberdade, sociabilidade) só se desenvolvem no âmbito da espécie, não no indivíduo isolado.
- A natureza dotou o homem de razão e liberdade de vontade — ele deve "tirar tudo de si mesmo", superando o instinto.
- O desenvolvimento humano se dá por gerações sucessivas, que cultivam a razão e transmitem cultura e conhecimento.
- O trabalho é um instrumento de autodignificação: o homem constrói sua história por meio de seu esforço racional e produtivo.

- **Antagonismo e progresso**

- Kant chama de “insociável sociabilidade” a tendência humana a viver em sociedade, mas também a competir e entrar em conflito.
- O antagonismo é o motor da história:
  - Ele desperta os talentos humanos, supera a preguiça e impulsiona o desenvolvimento da cultura.
  - A natureza utiliza os vícios humanos (vaidade, cobiça, desejo de dominação) como instrumentos para promover o progresso.
- A busca por liberdade e reconhecimento leva à construção de uma sociedade civil justa, onde a liberdade de cada um é limitada pela liberdade dos outros.

A constituição civil perfeita

- O objetivo da história é alcançar uma constituição civil que garanta o direito universal.
- A liberdade sob leis civis é a condição para o desenvolvimento completo das disposições humanas.
- Essa ordem social é fruto da razão, que organiza o antagonismo em leis de convivência.
- A natureza “quer a discórdia” porque dela nasce o progresso e o aperfeiçoamento da moralidade.

Relações entre Estados e o Estado cosmopolita

- A mesma insociabilidade que age entre indivíduos também ocorre entre Estados.
- A guerra, embora destrutiva, é um instrumento da natureza para reorganizar as relações políticas.
- O ideal kantiano é o surgimento de um Estado cosmopolita, baseado em uma federação de nações, capaz de garantir a segurança e o direito entre os povos.
- Esse estado universal é a culminação do plano oculto da natureza, que busca a paz e a liberdade sob leis racionais.
- Kant reconhece, porém, que ainda vivemos em um estágio de civilização, mas não plenamente moralizados — há progresso técnico, mas a moralidade ainda não se realizou integralmente.

Estética, sensibilidade e juízo

- Em *Crítica da Faculdade do Juízo*, Kant distingue:
  - Belo: aquilo que agrada de forma desinteressada, despertando satisfação estética e harmonia entre imaginação e entendimento.
  - Sublime: o que ultrapassa o sensorial e nos coloca diante de nossa finitude — uma experiência que eleva a razão acima dos limites da percepção.
- A estética kantiana se relaciona à filosofia da história ao mostrar que o homem é capaz de julgar, pensar e sentir, ultrapassando o mero instinto.

Esclarecimento, autonomia e otimismo

- O esclarecimento expressa a confiança na razão emancipatória: todos os homens podem, por esforço e coragem, atingir a liberdade.
- O uso público da razão e a formação de um público letrado são instrumentos dessa emancipação.
- Kant mostra um otimismo moderado: a natureza conduz o homem, ainda que por meios tortuosos (guerra, conflito, egoísmo), ao aperfeiçoamento moral e político.
- A história universal, portanto, é teleológica — orientada por um fim racional, mesmo que inconsciente para os indivíduos.

WALTER BENJAMIN

CAPÍTULO I — “O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov”

- **A experiência e sua crise**

Benjamin inicia com uma constatação: a arte de narrar está em vias de extinção. As pessoas voltam da guerra “mais pobres em experiência comunicável”. A modernidade substitui a sabedoria pela informação, e o ato de narrar pela notícia — imediata, fragmentada e descartável. A experiência (Erfahrung), para Benjamin, é o acúmulo histórico e coletivo de vivências, transmitido pela oralidade e pelos conselhos. Já a vivência (Erlebnis) é o choque imediato, individual, típico da vida moderna. Assim, a crise do narrador é também a crise da memória compartilhada.

- **O narrador como transmissor de sabedoria**

O narrador é aquele que reconta experiências, não como mero registro factual, mas como elaboração simbólica.
Benjamin distingue duas formas arquetípicas de narrador:

1. O camponês sedentário, ligado à tradição e à memória do lugar.
2. O marinheiro comerciante, que traz notícias de terras distantes.

Ambos partilham um mesmo princípio: o saber é fruto da experiência vivida e comunicada, não da informação técnica.
A narrativa, nesse sentido, é coletiva, artesanal e lenta — sua verdade está na transmissão e no conselho, não na verificação.

- **A morte, o conselho e o sentido da narrativa**

Para Benjamin, a sabedoria do narrador está relacionada à morte: o moribundo é o último guardião de experiências transmissíveis. Com o declínio dos ritos e da comunidade, perde-se a possibilidade de transformar a experiência em conselho. A narrativa tradicional não explica, mas orienta — ela contém uma moral implícita, construída na escuta e na imaginação.

- **A escrita e o silêncio**

Benjamin observa que o narrador verdadeiro fala a partir do silêncio, da experiência sedimentada. Diferente do romancista, que escreve isolado, o narrador fala a partir da coletividade. A escrita moderna rompe com o circuito da oralidade e da escuta, instaurando uma solidão própria do sujeito burguês.

- **O narrador e o declínio da experiência**

O progresso técnico, a urbanização e as guerras produziram um sujeito incapaz de narrar — um sujeito que vive demais e comunica pouco. A perda da experiência compartilhada está ligada à racionalização da vida e ao tempo acelerado da modernidade. A narrativa, que unia o homem ao tempo e à memória, dá lugar à informação e à opinião.

CAPÍTULO II — “Sobre o conceito de história” (*Teses sobre o conceito de história*)

- **Crítica ao historicismo**

Benjamin opõe-se à ideia de que a história seja um processo contínuo de progresso. O historicismo burguês, segundo ele, narra o passado a partir da perspectiva dos vencedores — é uma história que celebra a dominação. Em contraste, o materialismo

histórico deve escovar a história a contrapelo, isto é, revelar as vozes silenciadas, as derrotas e os sofrimentos ocultos.

- **O tempo messiânico e o agora (Jetztzeit)**

Benjamin rompe com a noção linear de tempo e propõe a ideia de tempo messiânico — o momento em que o passado oprimido é resgatado e redimido no presente. O verdadeiro historiador é aquele que captura uma imagem do passado no instante do perigo, transformando o agora em tempo carregado de sentido (*Jetztzeit*). O passado não é algo morto, mas algo que exige redenção.

- **O anjo da história**

Na imagem célebre inspirada na pintura *Angelus Novus* (de Paul Klee), Benjamin descreve o anjo da história: “Seu rosto está voltado para o passado. Onde nós vemos uma cadeia de acontecimentos, ele vê uma única catástrofe que amontoa ruína sobre ruína.” O anjo gostaria de deter-se e reparar os destroços, mas uma tempestade — o progresso — o impele para o futuro. Essa metáfora sintetiza a crítica de Benjamin: o progresso é uma força destrutiva, que acumula ruínas em nome de um futuro ilusório.

- **O materialismo histórico e a memória dos vencidos**

Benjamin propõe uma historiografia redentora, voltada aos vencidos e esquecidos. O papel do historiador é libertar os fragmentos do passado e dar voz aos que não puderam narrar. A história deve ser escrita não para glorificar o que triunfou, mas para resgatar a esperança dos derrotados.

- **A interrupção do tempo**

Contra a continuidade homogênea do tempo moderno, Benjamin propõe a interrupção revolucionária: um instante capaz de romper o curso da história e abrir espaço para a redenção. Essa visão aproxima história e política: o ato de lembrar é também um ato de resistência.